

ENTRE BEAUVOIR E BUTLER: NARRATIVAS SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA¹

Wilza Karla Leão de Macedo²

Resumo: Este artigo, desenvolvido durante o doutoramento, tem como objetivo analisar o processo de constituição da identidade feminina a partir de narrativas políticas. Para tanto, constrói uma discursividade em torno da condição da mulher no contexto social, considerando escritos de Beauvoir e Butler. Traz o conceito de misoginia desenvolvido por alguns teóricos, relacionando-o às análises das narrativas políticas, no sentido de se perceber a sua aplicação. As análises foram estruturadas à luz dos escritos de Beauvoir e Butler, bem como, traçando uma correlação com escritos freudianos, perspectivando discutir sobre avanços e ranços pertencentes ao processo identitário do gênero.

Palavras-chave: Identidade feminina; condição da mulher; narrativas.

1 Beauvoir e a ideia do “Segundo sexo”

Simone de Beauvoir, nos anos 50/60, figura a ideia do segundo sexo expondo que a mulher não nasce assim, ela torna-se mulher a partir das experiências vividas em uma sociedade com valores constituídos, daí ela aprende a ser mulher conforme o mundo social a que está inserida.

Para a autora, a condição feminina não é destino ou fato, é possibilidade, é um vir a ser. Esse imaginário é decorrente da ideia secular de sobreposição do masculino sobre o feminino. Beauvoir propõe, emblematicamente, pensar questões existenciais no contexto de sua época, as quais traduzem uma realidade, não inventada, mas dada dentro de uma dita naturalidade. Essas questões propõem não subestimar o conteúdo psíquico-biológico, a influência de se pensar e vir a ser mulher enquanto “sexo frágil”. Ela contextualiza, e contesta, o biológico (menstruação, gestação, parto, maternidade, passividade do óvulo frente atividade do espermatozoide, e outros) como embaixador de uma ideia de inferioridade da mulher.

Nesse contexto, discute o conceito de propriedade ancorado na ideia patriarcal, onde o homem é o chefe da casa, a autoridade, o que dita. A mulher, os cavalos, a casa, os bens são objetos de sua propriedade. Beauvoir contesta Freud quando este afirma que o biológico sustenta essa ideia estereotipada, uma vez que

¹ Artigo apresentado ao professor Rafael Eisinger Guimarães da disciplina narrativas de identidade e alteridade, do curso de doutorado em Letras do Departamento de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Santa Cruz do Sul/RS

² Doutoranda em Letras do Departamento de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Santa Cruz do Sul/RS. Email: wilzaleao@hotmail.com

a constituição biológica já aponta para uma passividade do feminino frente ao masculino, ou seja, há uma sobreposição do biológico no psicológico que sustentou construções sociais estigmatizadoras da condição da mulher. Contesta, afirmando que o corpo é o problema a ser superado, o biologismo não poderia ser o empecilho para independência psicossocial da mulher.

Assim, a autora se coloca numa contraposição da ideia do ser “macho” como autonomia transcendente, provocando um pensar no êxodo da condição passiva, na conquista de espaços e identidades, pensar que “o corpo não é o destino”. Daí, ela põe na roda discursiva temáticas avultáveis como atividade vs. passividade, transcendência do ser vs. alienação da espécie, a ideia de infância prolongada, do patriarcado, da mulher enquanto deusa vs. feiticeira. Beauvoir diz sobre aquilo que se tornou estigma social: mulher como objeto de projeção destituída da condição humana. Porém, propõe pensar a mulher num prisma em que ela se torna mulher conforme suas opressões psicossociais.

Na obra *O Segundo Sexo*, S. de Beauvoir expõe que na história encontram-se as evidências que os homens detiveram poderes concretos, mantendo a mulher em estado de dependência, desde o patriarcado. Nesta instância, a mulher se constitui concretamente como Outro, visto que o ser em primazia, que estabelece os códigos, que limita e nega, que obtinha pretensões ontológicas e morais é o homem. Essa constituição do Outro se dá numa tentativa de afirmação frente a uma realidade que não é própria. À medida que o homem se apropria da natureza, dominando-a, consumindo-a, destruindo-a, ele percebe sua oposição abstrata, sua passividade frente ao desejo dele. Daí há um questionamento da presença de outro, seria ele mesmo o outro dentro de si? Assim, a autora discute sobre a alteridade enquanto consciência própria que é ao mesmo tempo separada e idêntica à do Outro, seria uma imanência e uma transcendência da existência, seria a liberdade alheia que entra em conflito com a consciência do sujeito soberano. Quando a autora traz à baila essa questão da consciência interligada à alteridade, diz que o indivíduo se reconhece no outro, porém encontra-se permanentemente em perigo, por isso, sua consciência tenta realizar-se reduzindo a outra à escravidão (BEAUVOIR, 1980, p. 179-180).

Cabe aqui expor, anteriormente, a visão da autora sobre a condição do homem em meio aos desafios da identidade e da alteridade. Para ela, o homem

não aprecia a dificuldade por temer o medo, ele almeja o repouso, à existência e o ser. Contraditoriamente, ele tem ciência da “inquietação do espírito” como forma de desenvolver-se, seria uma quietude na inquietude, uma forma de estar presente em si e não no objeto. A mulher encontra-se presente nesses estados, uma vez que o homem a ver como um sonho encarnado, estando entre a sua natureza exterior e aquilo que lhe é idêntico. Entretanto, há uma discussão da não autonomia da mulher, da sua procedência advinda do homem e destinada a ele, a fim de salvá-lo da solidão; apresenta-se, então, uma forma de entender que o esposo é a origem e fim da mulher. Assim, a mulher é a natureza elevada, um ser que o homem deseja, um bem-aventurado acidente, um outro em oposição à essência, o objeto aos olhos do sujeito (BEAUVIOR, 1980, p. 181).

Não se colocando como Sujeito, a mulher não cria um mito viril, encontra-se sem poesia, sem projetos, sem religião, sonha o sonho dos homens. Sendo Sujeito, o homem opera a representação do mundo a partir do seu ponto de vista, uma peculiaridade vista como verdade absoluta que não precisou ser proclamada. Nesta assimetria, manifesta uma constituição unilateral dos mitos sexuais, enquanto a mulher é carne com delícias e perigos, o homem é o sexual e o carnal. Ela é definida como Outro que se apresenta negativamente, o Mal necessário ao Bem, que é o homem; uma ambivalência que vai do ódio ao amor, do bem ao mal, do mal ao bem, da Natureza explorada ao semelhante, da fonte à submissão da vontade (BEAUVOIR, 1980, p. 183-184).

Aristóteles, e outros, proclamou que o princípio masculino é criador, dele sai a forma, o movimento; a fecundidade da mulher é encarada como uma virtude passiva. Ela é a terra, a Água, e o homem a semente, o Fogo. Muito tempo à frente do de Aristóteles, em 1878, um membro da Associação de Medicina Britânica declara que “é indubitável que a carne se corrompe quando tocada pela mulher no período das regras”. No início deste século, havia um regulamento nas refinarias do Norte que proibia a entrada de mulheres na fábrica quando estivessem neste período, entendido como “maldição”, para que o açúcar não pretejasse. Já em Saigom, no período das “regras”, as mulheres eram impedidas de entrar em fábricas para o ópio não se tornar amargo. Em Levítico o fluxo menstrual é comparado à gonorreia, assim, o sexo feminino sangrento não é apenas uma ferida, é uma chaga

suspeita; era proibido ao homem manter relação sexual com ela (BEAUVOIR, 1980, p. 190-192).

Assim, Beauvoir apresenta o contexto feminino em tempo e situações distintos. Traz Eva como uma representação da mulher, companheira de Adão, dada ao homem para que ele a possua e fecunde. Para o homem, o ato sexual não é apenas de um prazer subjetivo e efêmero, ter uma mulher é vencê-la, “penetrar nela como o arado nos sulcos da terra”, a mulher é o campo e o homem a semente (BEAUVOIR, 1980, p. 193). A autora discute sobre a hesitação do macho entre o medo e o desejo, o ser possuído e a vontade de possuir, entre o desejar a virgindade e temê-la. Em se tratando desse aspecto, a virgindade torna-se inquietante e fascinante ao homem, dependendo da sociedade, ora o homem almeja ser o autor do “desvendar o mistério”, ora exige que a mulher seja deflorada antes da noite de núpcias devido aos mitos referentes à Virgindade. Dois deles é que a mulher virgem não tem valor por não ter sido amada por nenhum homem, outro é que na vagina há uma serpente que morderia o esposo no momento da ruptura do hímen (BEAUVOIR, 1980, p. 194).

No regime patriarcal o homem tornou-se o senhor da mulher, sendo a esposa propriedade pessoal, tendo posse desse bem, ela era impedida de ser usada por outros. “O homem espera da posse da mulher mais do que a simples satisfação de um instinto, ela é o objeto privilegiado através do qual ele domina a Natureza (BEAUVOIR, 1980, p. 198). O corpo da mulher não era tomado como irradiação de uma subjetividade, mas de forma empastelada em sua imanência. O uso que o homem faz dela destrói suas virtudes; com a maternidade ela perde suas atrações eróticas. Distanciado dos tabus contra o sexo feminino, o sexo masculino se ancora na ideia de que seu falo o eleva à dignidade de um deus. O menino compara seu pênis com o dos amigos, sua primeira ereção enche-o de orgulho e pavor, simultaneamente. O homem adulto olha o sexo como símbolo de transcendência e força, exalta o falo como modo de apropriação do outro.

A magia feminina foi domesticada dentro da família patriarcal. A mulher permite que a sociedade integre nela as forças cósmicas. Ela é tudo que o homem aspira e o que não alcança, ela encarna todos os valores morais e seus contrários, é a substância da ação e o que lhe opõe, é a fonte de reflexão do homem sobre a própria existência e ao mesmo tempo se esforça para desviá-lo de si mesmo.

Porém, de alguma forma, a complexidade da mulher encanta o homem. Ele projeta nela o que deseja e o que teme, o que ama e o que detesta, ela é Tudo à maneira inessencial: é todo o Outro. Beauvoir diz que, enquanto outro, a mulher é outra e não ela mesma ou o que dela esperam. A autora afirma que cabe à psicologia, e particularmente à psicanálise, descobrir por que um indivíduo se apega a aspectos específicos, implicando em complexidade, obsessões e psicoses. O proibido pode ser uma das causas das neuroses, mas as pressões sociais exteriores são insuficientes para explicá-las (BEAUVOIR, 1980, p. 240-242). A partir daqui, é possível introduzir uma correlação entre o contexto do *Segundo sexo* e escritos de S. Freud.

2 Uma correlação peculiar

Freud (2006), na década de 1930, já discutia sobre a feminilidade da mulher. Conforme o autor, a primeira distinção feita entre os seres humanos é se é homem ou mulher, daí ele trata dos órgãos de ambos os sexos que servem às funções sexuais. Para ele a distinção não é psicológica, quando dizem ‘masculino’ há uma significação de “ativo”, quando dizem “feminino” geralmente quer dizer passivo; a célula sexual masculina é ativamente móvel e sai em busca da célula feminina, o macho persegue a fêmea com o propósito de união sexual. Porém as características do feminino não se reduzem ao aspecto passivo, o feminino demonstra ação ativa não apenas nas atividades maternas, mas em tantas outras. Diz que tanto homens como mulheres são bissexuais no sentido psicológico, assim, não parece servir a nenhum propósito útil e nada acrescenta aos conhecimentos coincidir “ativo” com masculino e “passivo” com feminino (FREUD, 1996c, p. 116).

Conforme o autor, a psicologia é incapaz de solucionar o enigma da feminilidade, uma vez que a existência de dois sexos seja uma característica surpreendente na vida orgânica, entretanto, há muito que se estudar sobre os “indivíduos humanos que, mediante a posse de genitais femininos, são caracterizados como manifestadamente ou predominantemente femininos” (FREUD, 1996c, p. 117). A psicanálise se empenha em indagar como a mulher se forma, desde criança, dotada de disposição bissexual. Para o autor, as mulheres

sempre conseguiram se expressar frente a alguma comparação que lhe parecia desfavorável ao seu sexo, superando alguns preconceitos arraigados contra aquilo que era feminino.

Assim, a investigação do desenvolvimento sexual da mulher foi abordada a partir de duas expectativas, uma que a sua constituição não se adaptará à sua função sem uma luta, outra que os pontos críticos decisivos já terão sido preparados ou completados antes da puberdade. Aqui Freud vai discutir a relação que a criança mantém com seus progenitores, compondo a ideia sobre o *Complexo de Édipo*³, uma complexidade que procede desse vínculo maternal, paternal e filial estabelecido em suas vivências. Entretanto, neste artigo, o que é levado em consideração é a questão dos condicionamentos os quais a mulher esteve envolta, os aspectos sociais e interacionais que são constitutivos da sua condição de sujeito enquadrado a uma sociedade. E isso não se encontra distanciado das suas formações psicológicas que são refletidas em seus comportamentos, fator sinalizado em escritos freudianos. Portanto, necessário se faz construir redes que a priori parecem margeantes, mas que são pertencentes a um contexto de constituição identitária e de pertencimento.

Permitindo entrelaçar mais um pouco as redes de constituição discursiva, é possível dizer que, de acordo com Nasio (1997), a proibição imposta ao filho edipiano de realizar seu desejo incestuoso, dentro do eu, acomete um conjunto de exigências morais e de proibições que o sujeito, a partir do desaparecimento do complexo de Édipo, imporá a si mesmo. “É essa autoridade parental internalizada durante o Édipo, e diferenciada do seio do eu como uma de suas partes, que a psicanálise chama de supereu” (NASIO, 1997, p. 149). Tendo em vista isso, Freud resume em suas palavras a própria essência do Supereu: “O ideal do ego, portanto, é o herdeiro do complexo de Édipo [...]” (FREUD, 1996b, p. 48).

O Supereu, nomeado por Freud como Superego ou Ideal do ego, está interligado aos estudos dos impulsos libidinais⁴ que sofrem a vicissitude da

³ “O complexo de Édipo revela sua importância como fenômeno central do período sexual da primeira infância. [...] A menina gosta de considerar-se como aquilo que seu pai ama acima de tudo o mais, porém chega a ocasião em que tem que sofrer parte dele uma dura punição e é atirada para fora de seu paraíso ingênuo. O menino encara a mãe como sua propriedade, mas um dia descobre que ela transferiu seu amor e sua solicitude para um recém-chegado” (FREUD, 1996b, p. 193).

⁴ “Bem de início, toda a libido está acumulada no id, enquanto que o ego ainda se acha em processo de formação ou ainda é fraco. O id envia parte dessa libido para catexias objetivas eróticas; em consequência, o ego, agora tornando forte, tenta apoderar-se dessa libido do objeto e impor-se ao

repressão⁵ patogênica ao entrarem em conflito com ideias culturais e éticas, as quais o indivíduo tem conhecimento meramente intelectual da sua existência. Conforme o autor, o indivíduo reconhece essas ideias “como um padrão para si próprio, submetendo-se às exigências que elas lhe fazem” (FREUD, 1996a, p. 100). Assim, a repressão provém do amor próprio do ego, a formação de um ideal seria o fator condicionante da repressão. Expondo melhor, Freud diz que as mesmas impressões, experiências e desejos entregues por um homem são rejeitados por outro; enquanto um fixa um ideal em si mesmo, o outro o rejeita. Assim, a existência de uma gradação no ego, ou seja, de uma diferenciação dentro dele, é chamada de Ideal do ego ou Superego.

O amplo resultado geral da fase sexual dominada pelo complexo de Édipo pode, portanto, ser tomada como sendo a formação de um precipitado no ego, consciente dessas duas identificações unidas uma com a outra de alguma maneira. Esta modificação do ego retém a sua posição especial; ela se confronta com os outros conteúdos do ego como um ideal do ego ou superego (FREUD, 1996b, p. 46-47).

Logo, o superego, não é simplesmente um resto substancial das escolhas objetais do id; representa, também, uma formação reativa⁶ energética contra suas escolhas. Para ele, o Superego retém o caráter do pai, havendo uma relação entre o grau de poder do Complexo de Édipo – que sucumbe à repressão sob a influência da autoridade religiosa ou escolar - e o nível de dominação do Superego sobre o ego, sob sua forma de consciência ou de um sentimento inconsciente de culpa. Assim, o Superego é de natureza biológica e histórica porque se refere ao prolongamento no homem do desamparo e dependência da sua infância, bem como, ao Complexo de Édipo.

id como objeto amoroso” (FREUD, 1996b, p. 58). O id constitui o reservatório da energia psíquica, onde se localizam as pulsões. O ego é o sistema que estabelece o equilíbrio entre as exigências do id, da realidade e as ordens do Superego; procura atender os interesses da pessoa considerando as condições objetivas da realidade.

⁵ A repressão é uma etapa preliminar da condenação, algo entre a fuga e a condenação; trata-se de um conceito que não poderia ter sido formulado antes da época dos estudos psicanalíticos (FREUD, 1996a). É o processo psíquico que visa encobrir uma representação dolorosa que está na origem do sintoma; seus conteúdos localizam-se no inconsciente. “O estado em que as ideias existiam antes de se tornarem conscientes é chamado por nós de repressão” (FREUD, 1996b, p. 28).

⁶ É um dos Mecanismos de Defesa descritos por Freud, o qual substitui comportamentos e sentimentos que são opostos ao desejo real. Em geral, essa inversão é inconsciente e desenvolvida, em primeira instância, na infância.

A partir dessas afirmações de Freud, é possível trazer à roda de conversa o que diz Butler (2015) sobre o corpo e sua existência. Para a autora, os corpos agem de acordo com características necessárias à estrutura fenomenológica da vida, ou seja, os corpos existem ou deixam de existir como organismos persistentes, estando sujeitos a ataques e doenças. Essas características podem ser pensadas na finitude dos corpos e “fora deles”, assim a vida sempre é vulnerável, sendo colocada em risco por motivos que nem sempre estão sob controle. Butler (2015) afirma que estamos vinculados aos outros através de redes de conexões libidinosas e de modos de dependência e proximidades involuntárias que podem acarretar consequências psíquicas ambivalentes, podendo ter vínculos de agressão e de libido (BUTLER, 2015, p. 52).

O corpo é construtivamente social e interdependente, todavia, cada um se encontra ameaçado por outros corpos devido às produções das formas de dominação. Uma das formas de dominação é o da política feminista a serviço do esforço de guerra, um enquadramento das formas de pensar que envolvem as concepções sexualmente progressistas dos direitos femininos ou das liberdades sexuais, as coerções e violências das tradições sociais. Butler (2015) diz que as condições precárias da vida nos impõe uma obrigação de apreender a vida. A questão é entender a que condição a vida está sendo apreendida. A precariedade leva o indivíduo à potencialização da violência, da vulnerabilidade física, daí a necessidade de se ampliar as reivindicações sociais e políticas no que diz respeito aos direitos à proteção, à sobrevivência e à prosperidade, se apropriando de uma ontologia corporal que repense essas questões: precariedade, vulnerabilidade, dor, interdependência, exposição, desejo, linguagem, pertencimento, e outros (BUTLER, 2015, p. 14-15).

Conforme a autora, o “ser” do corpo está entregue às normas, organizações sociais e políticas, esses se desenvolveram historicamente maximizando a precariedade para uns e minimizando para outros. Entretanto, os esquemas normativos são interrompidos quando emergem e desaparecem outros, a partir das operações de poder, por isso, a necessidade de distinguir a ideia de “apreender” e “reconhecer” uma vida, “o que somos capazes de apreender é, sem dúvida, facilitado pelas normas do reconhecimento, mas seria um erro dizer que estamos

completamente limitados pelas normas de reconhecimento quando apreendemos uma vida” (BUTLER, 2015, p. 18).

De acordo com Butler (2015), o reconhecimento caracteriza um ato, uma prática, uma cena entre sujeitos, assim, a “condição de ser reconhecido” preparam ou modelam um sujeito para o reconhecimento, isso porque os termos, as convenções e as normas atuam “moldando um ser vivo em um sujeito reconhecido”, valoroso e com resultados não previstos. Então, a condição de ser reconhecido precede o reconhecimento (BUTLER, 2015, p. 19). A ideia é entender como essas normas operam para tornar certos sujeitos em pessoas “reconhecíveis”, e tornar outros sujeitos em pessoas difíceis de serem reconhecidos. Daí se expande a discussão em torno das desigualdades, das possibilidades de se forjar normas, das condições de reconhecimento, dos esquemas variáveis de inteligibilidade, das contestações, das múltiplas formas de se enquadrar (*to be framed* – ser enquadrado) ou emoldurar uma situação. Butler (2015) diz que,

quando um quadro é emoldurado, diversas maneiras de intervir ou ampliar a imagem podem estar em jogo. Mas a moldura tende a funcionar, mesmo de uma forma minimalista, como um embelezamento editorial da imagem, se não como um autocomentário sobre a história da própria moldura. Esse sentido de que a moldura direciona implicitamente a interpretação tem alguma ressonância na ideia de *incriminação/armação* como uma falsa acusação. Se alguém é incriminado, enquadrado, em torno de sua ação é construído um “enquadramento”, de modo que o seu estatuto de culpado torna-se a conclusão inevitável do espectador (BUTLER, 2015, p. 23).

Entretanto, não se pode pensar que esse enquadramento é estático, dado ou finalizado; ele não mantém nada em um lugar, há um rompimento perpétuo interligado a uma lógica temporal. Esse autorrompimento acontece com eficácia e vulnerabilidade à reversão, à subversão e à instrumentalização crítica. Em instâncias diferenciadas, o enquadramento pode ser aceito, tematizado criticamente ou passar pelo crivo da incredulidade. Assim, se estabelecem as condições para admiração, descobertas, indignação, repulsa do conteúdo que é enquadrado pelas variações de tempo e lugar. Butler (2015) diz que “ser enquadrado” significa ser objeto de uma armação onde há uma acusação falsa que parece verdadeira, advindo de um poder manipulador, seria um julgamento sem provas válidas, sem meio óbvio de retificação. Dessa forma, há no enquadramento uma possibilidade de fuga da prisão, um afrouxamento do mecanismo de controle,

uma evasão, uma libertação de forças ilegítimas, uma possibilidade de produção de novos enquadramentos, de novos tipos de conteúdo (BUTLER, 2015, p. 27-28).

A autora indaga quanto à precariedade da vida que pode ser dada a partir dos enquadramentos que temos à nossa disposição, bem como indaga sobre nossa tarefa de tentar estabelecer novos enquadramentos no sentido de ampliar as possibilidades de reconhecimento. Fato é que, os enquadramentos que decidem quais vidas devem ser reconhecíveis circulam a fim de estabelecer uma hegemonia. Um enquadramento rompe consigo mesmo quando uma realidade aceita é posta em contestação, por isso não se trata apenas de encontrar um novo conteúdo, mas de se questionar criticamente as interpretações recebidas da realidade. Daí vão surgindo outras formas de apreensão daquilo que não tinha sido reconhecido como uma vida.

3 Misoginia e a análise de narrativas políticas: avanços e ranços

De acordo com Dias e Malpica (2005), o conceito de misoginia, recente no âmbito das ciências humanas e bio-médicas, alcançará, nos próximos anos, elevadas importâncias em suas reflexões e discussões. Amplamente, o conceito “se presenta desde el rechazo hasta el odio del origen; su condición de sufrimiento o infortunio, [...] la débil línea que separa lo misogénico de conductas socialmente aceptadas, son entre otros, motivos suficientes para debatir sobre el tema (DIAS e MALPICA, 2005, p. 117).

Já Pérez e Fiol (2000) dizem que,

algunas hipótesis apuntan que las actitudes y creencias misóginas podrían ser un factor explicativo importante en los casos de violencia de género. Para ilustrar y argumentar esta hipótesis, revisaremos a continuación algunos de los datos disponibles sobre los tipos de violencia de género más usuales en nuestro entorno como son la violencia doméstica, las agresiones sexuales o el acoso sexual (PÉREZ; FIOI, 2000, p. 16).

Torrão Filho (2004) acredita que a homofobia é similar à misoginia, no que diz respeito ao desprezo pelos homens sexualmente passivos ou que apresentam um comportamento feminino, e pelas mulheres que apresentam um comportamento masculinizado ou que são amantes de mulheres casadas. O autor

diz que, em se tratando da misoginia medieval, R. Howard Bloch observa, de acordo com Fílon Judeu, autor platônico e exegeta da Bíblia do século I, que o contraste entre homem e mulher é o mesmo entre a forma e a matéria, entre atividade e passividade, alma e carne. “O homem é associado com a inteligência – mens, ratio, a alma racional – e a mulher com sensus, o corpo, o apetite e as faculdades animais”. Além desta relação entre a atividade, atributo masculino, racional, ordenado e positivo, e a passividade, feminina, sensual, desordenada e negativa, o feminino “que enfraquece a fibra viril da mente” (TORRÃO FILHO, 2004, p. 147).

O sociólogo Allan G. Johnson (2000) diz que "a misoginia é uma atitude cultural de ódio às mulheres porque elas são femininas". Argumenta,

a [misoginia] é um aspecto central do preconceito sexista e ideológico, e, como tal, é uma base importante para a opressão de mulheres em sociedades dominadas pelo homem. A misoginia é manifestada em várias formas diferentes, de piadas, pornografia e violência ao auto-desprezo que as mulheres são ensinadas a sentir pelos seus corpos (JOHNSON, 2000).

Michael Flood (2007) define a misoginia como o ódio às mulheres, e acrescenta,

a misoginia funciona como uma ideologia ou sistema de crença que tem acompanhado o patriarcado ou sociedades dominadas pelo homem por milhares de anos e continua colocando mulheres em posições subordinadas com acesso limitado ao poder e tomada de decisões. [...] Aristóteles sustentou que mulheres existem como deformidades naturais e homens imperfeitos [...] Desde então, as mulheres em culturas Ocidentais tem internalizado seu papel como bodes expiatórios da sociedade, influenciadas no século 21 pela objetificação das mesmas pela mídia com seu autodesprezo culturalmente sancionado e fixações em cirurgia plástica, anorexia e bulimia (FLOOD, 2007).

Considerando o exposto sobre a misoginia, passemos às análises. Em abril de 2016, a Revista Isto É editou uma matéria intitulada “Uma presidente fora de si” para retratar, conforme a revista, a situação política em que se encontrava o país. Afirma que os bastidores do Planalto, naqueles dias, mostravam que a iminência do afastamento fez com que Dilma perdesse o equilíbrio e as condições emocionais para conduzir o Brasil. Buscando consolidar a ideia, os editores Sérgio Pardellas e Débora Bergamasco dizem que, em estado de descontrole, a presidente se entope

de calmantes desde quando a crise se iniciou. Num tom de crítica, dizem que nem sempre os medicamentos surtem efeito:

Os últimos dias no Planalto têm sido marcados por momentos de extrema tensão e absoluta desordem com uma presidente da República dominada por sucessivas explosões nervosas, quando, além de destempero, exhibe total desconexão com a realidade do País. Não bastassem as crises moral, política e econômica, Dilma Rousseff perdeu também as condições emocionais para conduzir o governo. Assessores palacianos, mesmo os já acostumados com a descompostura presidencial, andam aturdidos com o seu comportamento às vésperas da votação do impeachment pelo Congresso. Segundo relatos, a mandatária está irascível, fora de si e mais agressiva do que nunca. Lembra o Lula dos grampos em seus impérios. Na última semana, a presidente mandou eliminar jornais e revistas do seu gabinete. Agora, contenta-se com o clipping resumido por um de seus subordinados. Mesmo assim, dispara palavrões aos borbotões a cada nova e frequente má notícia recebida. Por isso, os mais próximos da presidente têm evitado tecer comentários sobre a evolução do processo de impeachment. Nem com Lula as conversas têm sido amenas. Num de seus acessos recentes, Dilma reclamou dos que classificou de “traidores” e prometeu “vingança”. Numa conversa com um assessor, na semana passada, a presidente investiu pesado contra o juiz Sérgio Moro, da Lava Jato. “Quem esse menino pensa que é? Um dia ele ainda vai pagar pelo quem vem fazendo”, disse. Há duas semanas, ao receber a informação da chamada “delação definitiva” em negociação por executivos da Odebrecht, Dilma teria, segundo o testemunho de um integrante do primeiro escalão do governo, avariado um móvel de seu gabinete, depois de emitir uma série de xingamentos. Para tentar aplacar as crises, cada vez mais recorrentes, a presidente tem sido medicada com dois remédios ministrados a ela desde a eclosão do seu processo de afastamento: rivotril e olanzapina, este último usado para esquizofrenia, mas com efeito calmante. A medicação nem sempre apresenta eficácia, como é possível notar (REVISTA ISTO É, 2016).

Em contrapartida, a presidenta Dilma Rousseff avalia a nota editorial como misoginia. Para ela, “é um texto muito baixo, que reproduz um tipo perverso de misoginia para dizer que quando uma mulher está sob pressão costuma perder o controle”. Em cerimônia no Palácio do Planalto com mulheres em defesa da democracia, a presidenta classifica a matéria como “peça de ficção” para “me ofender justamente por ser mulher. A revista levantou que eu reajo com descontrole. Então, a mulher só tem duas opções, ou ela é autista ou é descontrolada” (ROUSSEFF, 2016).

Em nota, a presidente disse que, quando esteve presa, sempre manteve controle, o eixo da esperança sempre permaneceu. Lembra que enfrentou um câncer, e que em sua mente sempre permeou a ideia de que é preciso enfrentar para superar: “Estou enfrentando desde a minha eleição a sabotagem de forças

contrárias”. Ao finalizar o discurso, disse que aprendeu a lutar pelas pessoas que ela ama, pelo País. Demarcou sobre a doçura de sua pessoa, da forma decidida de ser, e de que ela faz o que for preciso para lutar contra a desigualdade de gênero e igualdade de oportunidades (ROUSSEFF, 2016).

Aqui temos alguns pontos que mantêm referência com o que foi discutido teoricamente neste artigo. Considerando o conceito de misoginia, é possível pontuar que a edição da revista em análise atribui características a uma pessoa, as quais perpassam pelo crivo da ofensa: “dominada” por sucessivas explosões nervosas, “destempero”, exibe “total desconexão” com a realidade do País, “perda das condições emocionais” para conduzir o governo, e outras. Esses são diagnósticos formalmente feitos por profissionais das áreas psicológicas e neurológicas, não sendo permissíveis eticamente a editores jornalísticos. Nesse sentido, analisa-se que o jornal se apropria do que diz Butler sobre o enquadramento, há uma performance discursiva que induz uma visão de que essa líder não deve estar no lugar e função que ocupa.

Aqui há um corpo que está se constituindo social e interdependente (a imagem da presidenta), sendo ameaçado por outros corpos devido às produções das formas de dominação (o discurso editorial da revista). Uma das formas de dominação a serviço do esforço de guerra, um enquadramento da forma de pensar essa líder, uma das formas de violência das tradições sociais. Essa condição precária está impondo uma obrigação de apreender a vida, entretanto, a questão é provocar o leitor ou espectador a entender a que condição essa situação (no contexto teórico: vida) está sendo apreendida. A precariedade de entendimento pode levar o indivíduo à potencialização da violência, da vulnerabilidade física, aos enquadramentos dados pelas forças, pelo poder, que por vezes também alternam seus papéis conforme seus interesses persuasivos.

Devido às leis, à ética, aos costumes que humanamente são desenvolvidos para um viver qualificado e justo, as sociedades costumam punir juridicamente aos infratores, atribuindo-lhes sentenças conforme seus atos vistos como ilícitos perante a organização social. Entretanto, isso não justifica o uso verbalizado e publicizado de ofensas diretamente pessoais, ou diretivas a um grupo que optou por escolhas no modo de viver que se distanciam do que foi dado como em *frame*. Daí a necessidade de se ampliar as reivindicações sociais e políticas no que diz

respeito aos direitos à proteção, à sobrevivência e à prosperidade, se apropriando de uma ontologia corporal que repense essas questões: precariedade, vulnerabilidade, dor, interdependência, exposição, desejo, linguagem, pertencimento, e outros (BUTLER, 2015, p. 14-15).

Ao afirmar que as palavras contidas na Revista Isto É eram um tipo perverso de misoginia, Dilma Rousseff, de alguma forma, levanta essa questão. Mesmo com todas as acusações no campo político que estavam lhe sendo atribuídas, naquela instância, não lhe parecia coerente tratar-lhe como descontrolada, assim, afirmava que aquelas acusações estavam também sendo influenciadas pelo fato de ela ser mulher.

Após tantos anos de luta a favor de um deslocamento e de um lugar de pertencimento, a mulher ainda se sente ofendida em alguns discursos e ações que traduzem ranços milenares presentes em algumas sociedades e culturas. O processo identitário de gênero vem tomando seu curso na história e ocupando lugares nos ambientes discursivos. Ao dizer que aquele discurso era um tipo perverso de misoginia, Dilma pressupõe que aquele público de mulheres que a ouvia tinha consciência de parte dos ranços e avanços que envolviam a luta das mulheres, bem como, demarcava uma continuidade da defesa ideológica de um grupo a qual envolve liberdade de escolha e respeito diante delas.

Essa luta envolve uma não aceitação da situação que Beauvoir (1980) discute em sua obra *O Segundo sexo* em relação à condição feminina enquanto possibilidade, um vir a ser. Poder-se-ia encontrar uma visão positiva nesse contexto de “vir a ser” se imbuirmos nela a questão dos imprevistos, das opções de escolha, da liberdade em si. Mas o que a autora traz à baila não envolve bem essa questão, ela traz o contexto histórico-social da mulher enquanto subserviente, provida de uma questão biológica estabelecida para passividade, desprovida de escolhas, passível ao serviço doméstico, maternos e de satisfação sexual masculina, incapaz de desenvolver um processo consciente de si mesma e de alteridade. São questões existenciais e emblemáticas de uma época em que as mulheres não tinham a coragem de Dilma Rousseff, a sua grande maioria se deixava ofuscar em seu conteúdo psíquico-social a qual estava submetida, sofria a influência da ideia de “sexo frágil”, de inferioridade da mulher, do Supereu freudiano.

Apropriando-me do contexto freudiano em que o autor traz a questão da bissexualidade, é possível perceber que a mulher, em todos os tempos, demonstra ação ativa não apenas nas atividades maternas, mas em diversos sentidos. Ora expõe sua docilidade, ora se apresenta ativa, objetiva, presente, dominante, mesmo em épocas onde seu psicológico era colocado em estado de opressão ou confinamento. Mesmo sendo desvalorizada, a mulher era vista, provocava sedução, inquietação, incomodava aos seus opressores, logo, as características que eram atribuídas ao masculino estavam presente em sua feminilidade. Sempre esteve presente nela um ego ousado, bissexual, que nem sempre se enclausurava frente a um Supereu, a alguma comparação que lhe parecia desfavorável ao seu sexo, historicamente demonstrou superação de preconceitos arraigados contra aquilo que era feminino. Uma das suas superações foi em sua fase inicial de desenvolvimento psicossocial chamada fálica, em que Freud discutiu a existência do *Complexo de Édipo*, já explicitada neste artigo. No desenvolvimento das fases de uma pessoa do sexo feminino, considerando algumas culturas e sociedades, há uma complexidade nas imposições de limites que não são dadas para uma pessoa do sexo masculino. Esses aspectos sociais e interacionais influentes nas formações psicológicas da mulher nutrem a ideia de um Supereu ancorado na ideia patriarcal em que o homem é o chefe da casa, a autoridade, sendo a mulher, os cavalos, a casa, os bens, objetos de sua propriedade. Nessa vertente, Beauvoir contesta Freud quando este afirma que o biológico sustenta essa ideia estereotipada, uma vez que a constituição biológica já aponta para uma passividade do feminino frente ao masculino, ou seja, há uma sobreposição do biológico no psicológico que sustentou construções sociais estigmatizadas da condição da mulher. Contesta ao afirmar que o corpo é o problema a ser superado, o biologismo não pode ser o empecilho para independência psicossocial da mulher. Mas, na amplitude do discurso freudiano, é possível perceber que o que Freud tenta é desenclausurar a mulher das suas amarras, desnudando suas potencialidades, desmascarando suas frustrações, esgotando suas fontes de catexias.

Todavia, mediante esse processo de constituição identitária e de pertencimento, em tempos atuais, sobrevivem contextos discursivos que insistem nas retomadas patriarcais, como o discurso proferido pelo presidente Michel Temer, no dia da mulher do ano vigente:

Se a sociedade vai bem, quando os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada educação e formação em suas casas. E seguramente isso quem faz não é o homem, isso quem faz é a mulher. [...] Ninguém mais é capaz de indicar os desajustes, por exemplo, de preços em supermercados do que a mulher. Ninguém é capaz de melhor detectar as eventuais flutuações econômicas do que a mulher, pelo orçamento doméstico maior ou menor (TEMER, 2017).

No Dia Internacional da Mulher deste ano, 8 de março, em meio ao chamado de greve internacional em prol de direitos, o presidente Michel Temer profere um discurso que reduz o papel da mulher na sociedade brasileira à tarefa de cuidar da casa, da formação dos filhos e do gerenciamento das compras no supermercado. Temer afirma em seu discurso que "aqui e fora do Brasil" a mulher ainda é tratada como uma figura "de segundo grau, quando na verdade, ela deve ocupar o primeiro grau em todas as sociedades", porém, ao observar o primeiro escalão do governo federal criado por Temer, torna-se visível que é quase exclusivamente masculino. Temer afirmou que dizia aquelas palavras com tranquilidade e absoluta convicção "até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela", se referindo a "quanto a mulher faz pela casa, o quanto faz pelo lar, o que faz pelos filhos" (TEMER, 2017).

Seu discurso no Palácio do Planalto foi rápido, durou pouco mais de 10 minutos, além de tantas outras figuras ilustres, foi assistido pela ministra dos Direitos Humanos, Luíslinda Valois, a secretária nacional de Políticas para as Mulheres, Fátima Pelaes e a advogada-geral da União, Grace Mendonça. Sinalizou sua participação nos ganhos de direitos femininos ao longo do tempo no Brasil, pontuou seu lamento quanto ao direito ao voto só ter sido dado às mulheres "nos idos de 1930". Não deixou de avultar seu papel na criação das Delegacias da Mulher em São Paulo, durante sua gestão como Secretário de Segurança Pública na década de 1980. Ao citar ações no combate à violência de gênero e ao feminicídio, sinalizou que são frutos do "movimento das mulheres", todavia, disse que também fazem parte "da compreensão dos homens".

Quanto ao papel da mulher na economia, Temer optou por restringi-lo à participação na economia doméstica. Sobre a empregabilidade feminina, ele afirma que hoje, "graças a Deus", há mais oportunidades do que "no passado", porém naturaliza que o trabalho doméstico é, essencialmente, feminino. De acordo com ele, a melhoria nos índices econômicos contribui para que, "além de cuidar dos

afazeres domésticos", as mulheres tenham mais possibilidade de inserção no mercado de trabalho. Ainda declara que,

porque hoje homens e mulheres são igualmente empregados. Com algumas restrições ainda. Mas a gente vê em muitas reportagens, das mais variadas, como a mulher hoje ocupa um espaço executivo de grande relevância. O número de mulheres que comandam empresas, que comandam diretorias, é imenso (TEMER, 2017).

O presidente faz essa declaração sem considerar alguns dados estatísticos, por exemplo, aquele que afirma que as mulheres ganham em média 30% a menos do que os homens, sendo minoria nos cargos diretivos em empresas. Segundo a ONU Mulheres, caso o cenário atual continue no mesmo ritmo, a paridade salarial de homens e mulheres nos mesmos cargos levará 170 anos para ser alcançada. Apenas 16% das empresas no Brasil possuem mulheres como CEOs ou diretoras executivas.

Esses dados e confirmações de falas do Presidente atestam o diz Beauvoir (1980) quanto ao conceito de propriedade, onde o homem obtém, se privilegia, se coloca como "macho" enquanto autonomia transcendente, demarcando dicotomias entre homem e mulher: atividade vs. passividade, transcendência do ser vs. alienação da espécie, ou seja, nas palavras do presidente há um prolongamento do patriarcado, da mulher como objeto de projeção destituída da condição humana. Beauvoir (1980) expõe que na história encontram-se as evidências de que os homens detiam poderes concretos, mantendo a mulher em estado de dependência, assim, a mulher se constituía concretamente como Outro, visto que o ser em primazia, que estabelecia os códigos, que limitava e negava, que obtinha pretensões ontológicas e morais era o homem. Entretanto, o verbo não pode ainda ser utilizado apenas no passado, com o pronunciamento de Temer, nota-se um estado de presença desses conceitos, ensinamentos, estigmas ou ranços, podendo ser também compreendido como misoginia.

Sendo a mulher constituída como Outro, não o da alteridade, do respeito às diferenças, da consciência própria, mas como o Outro subestimado, um ser que o homem se apropriava, como ele fazia com a natureza, dominando-a, consumindo-a, destruindo-a, assim, ele percebia, ou percebe, a mulher, um ser que deve estar em passividade frente ao desejo dele. Beauvoir (1980) sinaliza a dubiedade de

sentimento do homem nesse contexto, a mulher era definida como Outro que se apresenta negativamente, porém o Mal necessário ao Bem, que é o homem; uma ambivalência que vai do ódio ao amor, do bem ao mal, do mal ao bem, da Natureza explorada ao semelhante, da fonte à submissão da vontade (BEAUVOIR, 1980, p. 183-184).

Ao lado do presidente, no momento do discurso em análise, estava a sua esposa, Marcela Temer, representando um endossamento das suas palavras, uma aliança de pensamento, uma credibilidade do dizer. Nesse sentido, a presença da mulher deve ser analisada de ângulos duplos, como subserviência ou como presença ativa e necessária, assumindo o estado *in praesentia*. Como diz Beauvoir (1980), ela é tudo que o homem aspira e o que não alcança, ela encarna todos os valores morais, é a substância da ação e o que lhe opõe, é a fonte de reflexão do homem sobre a própria existência e ao mesmo tempo se esforça para desviá-lo de si mesmo. Entretanto, não se deve isentar a possibilidade de o feminino não optar em querer assumir atributos formulados, buscando um distanciamento de responsabilidades não aceitáveis ao ego. Essa complexidade da mulher encanta e incomoda, se faz desejada e temida, amada e detestada.

Torrão Filho (2003) diz que,

De um lado, o feminino é a grande ameaça à heterossexualidade do homem; cada época define a categoria do risco, mas o feminino é sempre a ameaça ao homem. Por outro, a masculinidade é interdita à mulher, pois a mulher no lugar do homem é o “mundo às avessas”, a ordem corrompida, a natureza ultrajada.

Enfim, a pretensão poderia ser nutrir a ideia do Supereu freudiano, todavia, a constituição identitária discutida nos âmbitos teóricos e práticos se distancia desse Ideal do ego impositivo ao feminino, se afasta desse enquadramento para construir outros conteúdos, de maneira não ingênua, talvez um outro enquadramento que pode ser apreendido e reconhecido por um ego mais deliberador e consciente da lutas de gênero, de identidade e de alteridade.

4 Considerações

O artigo trouxe uma contribuição para ampliar o entendimento sobre o processo de constituição da identidade feminina. A discussão teórica proposta envolveu épocas e contextos distintos, porém com situações semelhantes no que se referem aos ranços e avanços concernentes às conquistas das mulheres que intentam demarcar seu lugar de pertencimento, bem como, uma tentativa de se opor a atos misóginos presentes em comportamentos de sujeitos em tempos e espaços diversos.

Entretanto, demarca-se a necessidade de permanência desse processo político identitário, visto que, ainda em tempos atuais, homens e mulher se comportam, proferem discursos, reagem numa posição contrária à luta. São forças que precisam ser desnutridas em favor do bem estar sócio-político, psíquico e pessoal da mulher em suas relações intersubjetivas e interativas.

BETWEEN BEAUVOIR AND BUTLER: NARRATIVES ON THE CONSTITUTION OF FEMALE IDENTITY

Abstract: *This article, developed during the PhD, aims to analyze the process of constitution of the feminine identity from political narratives. In order to do so, it constructs a discursivity around the condition of the woman in the social context, considering writings of Beauvoir and Butler. It brings the concept of misogyny developed by some theorists, relating it to the analysis of political narratives, in the sense of perceiving its application. The analyzes were structured in the light of the writings of Beauvoir and Butler, as well as, drawing a correlation with Freudian writings, aiming to discuss the advances and ranks belonging to the identity process of the genre.*

Keywords: *Female identity; woman's condition; narratives.*

Referências

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução de Sérgio Lilliet. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DIAS, Joyce Esser; MALPICA, Carlos Rojas. Misogénia. Un concepto complejo desde una mirada transdisciplinaria. *Medigraphic*, Vol. VII. Número 2. Agosto 2005. Acesso em 20 de junho 2017. Disponível em: <http://www.medigraphic.com/pdfs/invsal/isg-2005/isg053h.pdf>

FLOOD, Michael. 18 de julho de 2007. International encyclopedia of men and masculinities. ISBN 978-0-415-33343-6. Acesso em 15 de junho 2017. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Misoginia>

FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: a história do movimento psicanalítico, artigos sobre a metapsicologia e outros trabalhos*. Volume XIV. Tradução sob direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago editora, 1996a.

FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: o ego e o id e outros trabalhos*. Volume XIX. Tradução sob direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago editora, 1996b.

FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos*. Volume XIX. Tradução sob direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago editora, 1996c.

JOHNSON, Allan G. 22 de junho de 2000. The Blackwell Dictionary of Sociology: A User's Guide to Sociological Language. Wiley. p. 197. ISBN 978-0-631-21681-0. Acesso em 15 de junho 2017. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Misoginia>

NASIO, Juan-David. *Lições sobre os 7 conceitos cruciais da psicanálise*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

PÉREZ, Victoria A. Ferrer; FIOL, Esperanza Bosch. Violencia de género y misoginia: reflexiones psicosociales sobre un posible factor explicativo. Acesso em 20 de junho 2017. Papeles del Psicólogo, 2000. nº 75, pp. 13-19. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Victoria_FerrerPerez/publication/28070104_Violencia_de_genero_y_misoginia_reflexiones_psicosociales_sobre_un_posible_factor_explicativo/links/0912f50937f9275873000000.pdf

Revista Isto É. Uma presidente fora de si. 2016. Acesso em 05 de junho 2017. Disponível em: http://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/

ROUSSEFF, Dilma. Cerimônia Palácio do Planalto. 2016. Acesso em 25 de maio 2017. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/310974365/Capa-Da-IstoE-e-Baixa-e-Reproduz-Misoginia>

TEMER, Michel. Michel Temer e sua “homenagem” no dia internacional da mulher. 2017. Acesso em 5 de junho 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/michel-temer-e-sua-homenagem-no-dia-internacional-da-mulher>

TORRÃO FILHO, Amilca. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. 2004. Acesso em 20 de junho 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a07.pdf>

Data da Submissão: 12/09/2018

Data da Aprovação: 17/12/2018